	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	1 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

Nº Chamado do GLPI **2019008218**

1. DO OBJETO

1.1. CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA FATURAMENTO NA COMPRA DE INGRESSOS DOS ATRATIVOS COMPLEXO TURÍSTICO ITAIPU, que atuem como agências de turismo, agências de viagens, agências de eventos, organizadoras de eventos, operadoras de turismo, operadoras de transporte, operadoras de receptivo, meios de hospedagem e afins.

1.2. Das Definições

1.2.1. Entende-se por **CT** o Complexo Turístico Itaipu, conjunto de atrativos e serviços turísticos no entorno da Itaipu Binacional.

1.2.2. Entende-se por **CREDENCIADA ou CONTRATADA** as pessoas jurídicas que atuam como agências de turismo, cooperativas de serviços na área de turismo ou agências de eventos;

1.2.3. Entende por **CREDENCIANTE ou CONTRATANTE** a **FUNDAÇÃO PTI - BR** Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil, entidade contratante dos serviços de turismo.

1.2.4. Entende-se por **"VOUCHER"** documento emitido pelas agências de turismo, comprovando a autorização de ingressos, para todos os serviços ofertados pelo CTI.


1.2.5. Entende-se por **POLÍTICA COMERCIAL** documento emitido pela FUNDAÇÃO PTI-BR que tem por objetivo fornecer as diretrizes e informações necessárias ao processo de comercialização dos serviços prestados pelo Complexo Turístico Itaipu.

1.2.6. Entende-se por preço **NET** o valor base dos ingressos deduzido um percentual. Este percentual seria a comissão devida para as agências conforme regras estabelecidas na Política Comercial.

1.2.7 Entende-se por **COMISSIONAMENTO** o faturamento a ser realizado em duas etapas, sendo elas; na primeira etapa a Contratada paga o valor integral do ingresso para a Fundação PTI-BR; na segunda etapa a Fundação PTI-BR repassa o valor do comissionamento a Contratada, considerando a Tarifa Corporativa na qual a empresa está inserida.

1.2.8. Entende-se por **SISTEMA DE AGENTE CREDENCIADO**, portal da FUNDAÇÃO PTI-BR direcionado para compras pelas agências credenciadas.

1.2.9 Entende-se por **NO SHOW** não comparecimento do visitante com reserva confirmada e não efetuado o cancelamento dentro do prazo estipulado.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	2 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Optou-se pelo credenciamento porque é do interesse da Fundação PTI-BR obter o maior número possível de prestadores de serviços de comercialização dos produtos permanentes e sazonais prestados pelo Complexo Turístico Itaipu, já que tais serviços podem ser executados, simultaneamente, por diversas empresas de maneira satisfatória.

2.2. O credenciamento possibilita à Fundação PTI-BR manter um cadastro de empresas pré-habilitadas a prestar os serviços, garantindo agilidade e segurança na contratação.

2.3. O intuito do credenciamento é formalizar a contratação de agências e demais segmentos referenciados na Política Comercial vigente, de forma a cumprir todas as regras estabelecidas nesta Política Comercial vigente, na íntegra.

3. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1 Comercialização dos produtos permanentes e sazonais prestados pelo Complexo Turístico Itaipu, a ser praticada em conformidade com a Política Comercial vigente, do Complexo Turístico Itaipu (Anexo I).


3.1.1 Sempre que houver alteração na Política Comercial do Complexo Turístico Itaipu, far-se-á necessário celebrar aditivo contratual para atualização.

3.1.2 Todas as alterações na Política Comercial, após oitiva jurídica, serão comunicadas as agências credenciadas no processo vigente, através de e-mail ou correspondências. As agências por sua vez, poderão optar pela permanência ou não no referido credenciamento em vigor.

4. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. Os serviços deverão ser executados nas dependências do Complexo Turístico Itaipu e nas agências de turismo credenciadas.

4.2. A execução dos serviços será iniciada quando emitido Termo de Início ao contrato com a credenciada.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	3 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

5. DA CONTRATAÇÃO

5.1. As empresas que atenderem aos requisitos deste Termo de Referência, do Edital e de seus anexos e apresentarem toda a documentação solicitada serão consideradas credenciadas a prestar os serviços para a Fundação PTI-BR.

5.2. A prestação dos serviços poderá ser solicitada enquanto perdurar a vigência do edital de credenciamento ao qual este termo de referência está vinculado.

5.3. O credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ato formal e unilateral da Fundação PTI-BR, comunicando, expressamente, ao Contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido o descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

5.5. São de inteira responsabilidade do CREDENCIADO as obrigações pelos encargos previdenciários, sociais, fiscais, trabalhistas, securitários e comerciais resultantes de execução do serviço.


5.6. O credenciamento ou instrumento contratual celebrado com o interessado habilitado não gera qualquer vínculo empregatício com a Fundação PTI-BR.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A Fundação PTI-BR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com Terceiros, ainda que vinculados à execução do presente credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. Desde que se tenha disponibilidade de vagas, a Fundação PTI-BR obriga-se a dar acesso aos visitantes que apresentarem voucher emitido pela CREDENCIADA, nos dias e horários de funcionamento regular do CTI, observado o disposto neste documento, no Regulamento Interno da Itaipu Binacional, do Parque Tecnológico Itaipu e na Política Comercial do CTI.

6.3. Realizar a cobrança dos vouchers utilizados pelas CREDENCIADAS em um determinado período, conforme definições estabelecidas no item 8.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	4 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

6.4. Analisar todos os documentos que comprovem os serviços prestados, onde se inclui a nota fiscal emitida pela CREDENCIADA, quando for o caso.

6.5. Casos de inadimplência, utilizar todos os meios legais para o efetivo recebimento, bem como cancelar o credenciamento. Procedimento estabelecido neste Termo de Referência.

7. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

7.1. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

7.2. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

7.3. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas neste instrumento, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.4. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

7.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;


7.6. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento;

7.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Termo de Referência;

7.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;

7.9. As empresas, as quais a Fundação PTI-BR deseja credenciar, devem estar devidamente regularizadas junto às legislações em vigor, bem como ser atuante no mercado turístico.

7.10. A CREDENCIADA deverá efetuar o pagamento do valor referente aos vouchers emitidos e apresentados pelos seus clientes, pelo ingresso nas atrações do CTI, conforme tabela de preços vigentes e orientações contidas no item 8 e na Política Comercial vigente.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	5 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

7.11. A CREDENCIADA deverá zelar pelo nome da Fundação PTI-BR e da Itaipu Binacional, de suas marcas e de seus produtos, abstendo-se de praticar qualquer ato que possa, de alguma maneira, lhes prejudicar a boa reputação.

7.12. Observar a proibição expressa de utilizar o nome, marca ou logotipo da Fundação PTI-BR em suas notas fiscais, faturas e outros impressos fiscais, quaisquer que sejam, sem prévio e expresse consentimento da Fundação PTI-BR.

7.13. Manter sigilo sobre toda e qualquer informação e documentação que receber em decorrência do documento contratual, devendo transmitir a seus funcionários e prepostos, e exclusivamente a estes, nada além das orientações essenciais ao desempenho de suas respectivas tarefas.

7.14. A CREDENCIADA estará sujeita a avaliação periódica de qualidade de desempenho, estando sujeito a rescisão contratual em caso de baixo desempenho.

7.15. A CREDENCIADA será responsável pelos danos causados diretamente a Fundação PTI-BR ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do contrato.


7.16. Todos os aspectos de relação entre a CREDENCIADA e seus clientes, dentre os quais se mencione, sem limitação, o pagamento devido pelos clientes à CREDENCIADA em virtude do ingresso para as atrações do CTI, dizem respeito única e exclusivamente à CREDENCIADA e a seus clientes. A CREDENCIADA é a única e exclusiva responsável pelo pagamento à Fundação PTI-BR dos valores referentes aos vouchers emitidos.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua escorreita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, setor Comercial - CT, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato.

8.2. O representante da Fundação PTI-BR deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução contratual.

8.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	6 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

8.4. A verificação da adequação da execução do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.5. A execução dos contratos, quando for o caso, deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 137 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação PTI – RELC, quando for o caso.

8.6. O gestor do contrato ou o fiscal designado deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme § 2º do Art. 137 do RELC.

8.7. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções cabíveis, podendo culminar com a rescisão contratual.


9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. A qualificação técnica da empresa deverá ser comprovada mediante apresentação de, pelo menos, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, compatível com o objeto deste Termo de Referência, comprovado por certificação de um ou mais órgãos relacionados abaixo:

- a) Ministério do Turismo
- b) ABAV – Associação Brasileira das Agências de Viagens
- c) BRAZTOA – Brazilian Tour Operators Association
- d) ABEOC – Associação Brasileira das Empresas de Eventos
- e) ALAGEV - Associação Latino Americana de Gestores de Eventos e Viagens Corporativas
- f) ABIH – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira

10. CREDENCIAMENTO

10.1. As agências de turismo credenciadas poderão utilizar vouchers e faturar as compras, devendo para isto preencher ficha cadastral junto à Fundação PTI (anexo I), apresentar documentação de legalidade estatutária, registro no Cadastur, certidões de regularidade fiscal e dos órgãos competentes. As agências também poderão inserir a assinatura eletrônica através de login no portal do agente do site www.turismoitaipu.com.br. Após conclusão das etapas de credenciamento, será firmado Contrato para comercialização de Ingressos com a Fundação PTI-BR.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	7 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

Nota: A assinatura digital realizada através de login fornecido pelo CTI e senha definida pela Agencia de Viagens, para compras no portal do agente que é parte integrante do site www.turismoitaipu.com.br terá o mesmo efeito do voucher na autorização de faturamento.

10.2. O instrumento contratual e os direitos conferidos à CREDENCIADA têm caráter intuitu personae, dessa forma, não poderá ser cedido, transferido ou gravado, nem de outra forma a CREDENCIADA alienará toda ou parte de sua participação neste instrumento, salvo com prévio e expresse consentimento da Fundação PTI-BR.

10.3. Qualquer tentativa de cessão, transferência ou outra alienação sem tal consentimento será nula e constituirá em inadimplemento e uma violação deste Contrato.


11. DESCREDENCIAMENTO

11.1. O encerramento do instrumento contratual poderá ser rescindido de pleno direito pelas partes, desde que a outra parte seja notificada com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

11.2. A Fundação PTI-BR também poderá rescindir o Contrato caso a CREDENCIADA venha a praticar um ou mais dos seguintes eventos a seguir:

- a) apresentar irregularidades ou falta de diligência em sua gestão financeira;
- b) se, por qualquer motivo, deixar de possuir registro de pessoa jurídica ou for incapaz de conduzir suas atividades na forma usual;
- c) em consequência de alterações substanciais em sua posição financeira ou por outras razões, for incapaz de cumprir suas obrigações ora previstas ou incapaz de prestar à Fundação PTI-BR garantia satisfatória de que conseguirá cumprir tais obrigações;
- d) praticar atos ilegais ou que prejudiquem o nome da Fundação PTI-BR frente a terceiros;
- e) realizar alteração social, fusão, cisão, incorporação ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que prejudique a execução do presente instrumento;
- f) deixar de cumprir qualquer obrigação prevista no instrumento contratual.

11.3. A rescisão do contrato não extinguirá os direitos e obrigações que as partes tenham entre si e com terceiros.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	8 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

12. VOUCHER

12.1. As empresas deverão encaminhar cópia do modelo de voucher a ser utilizado para consulta do aceite pelos operadores de caixa na etapa de habilitação.

12.2. Todos os vouchers emitidos deverão ser idênticos ao modelo apresentado e conter o nome legível do emitente e assinatura.

12.3. A Fundação PTI-BR fará o monitoramento anual do volume de vendas das agências de turismo e poderá limitar a emissão de voucher quando o faturamento for agressivo ou em situações que achar necessário. Nestes casos, a agência deverá pagar à vista as compras seguintes até o término do período.

12.4. Não serão aceitos vouchers rasurados ou cópias.

12.5. Os vouchers emitidos eletronicamente não necessitarão de assinatura autorizada, desde que informado pela CREDENCIADA com antecedência, através de canal definido pela Fundação PTI-BR, contendo as informações necessárias que o relacionem com venda dos ingressos e seu respectivo faturamento.


12.6. A Fundação PTI-BR poderá determinar um limite de crédito para emissão de vouchers. O limite será estabelecido com base no histórico de vendas anual efetuadas pela CREDENCIADA, seu comportamento creditício e as normas internas da Fundação PTI-BR.

12.7. A CREDENCIADA deverá reconhecer ser devedora da Fundação PTI-BR em relação a todos os vouchers emitidos para o ingresso de turistas em atrações do CTI.

12.8. O voucher será considerado como título executivo extrajudicial em caso de inadimplemento da CREDENCIADA, nos termos da legislação pertinente ao caso em tela.

13. DO SISTEMA DE AGENTE CREDENCIADO

13.1. O portal o Agente credenciado é um sistema *on-line*, parte integrante do site www.turismoitaipu.com.br, que permite que as agências de turismo,

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	9 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

operadoras, receptivos e MEIs comprem, por meio da internet, ingressos do Complexo Turístico Itaipu com suas tarifas corporativas, caso existam. Para acessar o sistema, a agência deverá solicitar seu cadastramento ao departamento comercial e *marketing* do CT, e aceitar os termos e condições gerais para compra *on-line*, disponível no site supracitado.

13.2. O CT se reserva ao direito de disponibilizar ou remover o acesso ao portal do agente ao qualquer tempo, em casos de inadimplência, manutenção de sistema ou não utilização dos acessos concedidos.

14. DO PREÇO NET

14.1. A tarifa NET refere se a tabela com nível de desconto, na qual cada empresa será classificada segundo critério de produtividade e demais itens da Política Comercial.

14.2. A critério das agências ou demais segmentos referenciados na Política Comercial vigente, estas poderão optar pelo modelo de faturamento, conforme disposto no item 10.1 deste Termo de Referência.


14.3. O valor da tarifa NET e o enquadramento são regulamentados pela Política Comercial da Fundação PTI-BR, podendo esta sofrer alterações de acordo com o interesse do CT. As agências credenciadas serão comunicadas através de e-mail ou correspondências e poderão optar pela permanência ou não no referido credenciamento em vigor.

15. FATURAMENTO

15.1. O faturamento poderá ocorrer de duas formas:

15.1.1. A credenciada poderá optar pelo faturamento deduzindo a comissão, ou seja, tarifa NET ao qual a empresa está enquadrada, nesta opção o valor a ser pago será o líquido. Nesta opção a credenciada não precisará emitir nota fiscal. No quadro abaixo cronograma do processo.

AGÊNCIAS COM PAGAMENTO VALOR LÍQUIDO				
PERÍODO	APURAÇÃO DO FATURAMENTO	APURAÇÃO E ENVIO DO BOLETO	VENCIMENTO BOLETO	
			PRAZO DE	PRAZO DE

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	10 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

			15 DIAS	30 DIAS
Do dia 1 ao dia 15	2 dias úteis	15 dias úteis antes do vencimento	Dia 30	Dia 15
Do dia 16 ao 30/31			Dia 15	Dia 30


15.1.2. A credenciada poderá optar por pagar o valor bruto dos atrativos e receber o desconto preço NET posteriormente quando do faturamento. O faturamento ocorrerá em 3 etapas:

- A comissão será apurada quando do faturamento quinzenal/mensal.
- A credenciada será informada conforme quadro abaixo dos valores faturados e da comissão, para conferência e emissão da nota fiscal referente ao valor da comissão.
- A compensação da comissão devida será deduzida no boleto do faturamento.

AGÊNCIAS COM PAGAMENTO VALOR BRUTO					
PERÍODO	APURAÇÃO DO FATURAMENTO	RECEBIMENTO DAS NFS _e DE COMISSÃO	APURAÇÃO E ENVIO DO BOLETO	PAGAMENTO COMISSÃO E VENCIMENTO DE BOLETO	
				PRAZO DE 15 DIAS	PRAZO DE 30 DIAS
Do dia 1 ao dia 15	2 dias úteis	2 dias úteis	10 dias úteis antes do vencimento	Dia 30	Dia 15
Do dia 16 ao 30/31				Dia 15	Dia 30

15.2. A Fundação PTI-BR apurará os débitos quinzenalmente/mensalmente e a cobrança será realizada mediante boleto bancário da fatura, deduzindo os valores referentes ao faturamento NET, com prazo de pagamento para 15 ou 30 dias, acompanhado de relatório sintético e/ou extrato das operações realizadas.

15.3. O prazo para pagamento, sendo 15 (quinze) ou 30 (trinta) dias, será baseado no volume de vendas e na tarifa corporativa na qual a empresa está inserida, considerando como base de valor de faturamento as agências que estão enquadradas nos dois maiores percentuais de desconto, ou seja, Net 2 ou Net 3 da Política Comercial vigente.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	11 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

15.3.1. Poderão ser consideradas outras agências com volumes consideráveis, desde que, estas apresentem justificativas a serem analisadas e aprovadas pela Fundação PTI-BR.

15.4. O cronograma de vendas, faturamento e cobrança, será realizado quinzenalmente/mensalmente conforme item 15.1.

15.5. O prazo de pagamento de 15 (quinze) dias é usual para todas as agências credenciadas.

15.6. O prazo de pagamento de 30 (trinta) dias é permitido apenas às agências que demonstram seu histórico de elevado volume de vendas e não tiverem mais de 3 atrasos de pagamento no período de 1 ano. Nesse caso, a agência deverá emitir correspondência solicitando a revisão do prazo de vencimento das faturas à área Financeira do CTI.

15.7. O Período citado nos quadros acima, poderá ser alterado quando estabelecido pela Política Comercial vigente do CT e informado através de e-mail ou correspondência.

15.8. A critério da Fundação PTI-BR, havendo atraso no pagamento de algum título por parte da CREDENCIADA, esta perderá, automaticamente, o direito a emissão de “vouchers” para os atrativos do CTI, mesmo o contrato estando em vigor.


15.9. Diante do atraso no pagamento de algum boleto, a Fundação PTI-BR poderá tomar as medidas legais cabíveis sendo:

a) Ocorrendo a falta do pagamento após o 5º (quinto) dia da data de vencimento, a empresa deverá ser notificada do atraso, devendo fazer o pagamento em até 3 (três) dias úteis;

b) Havendo a falta de pagamento ou no prazo solicitado, a empresa terá seu crédito para faturamento bloqueado, restabelecendo-o após o pagamento das faturas em atraso, acrescidos de juros e multa de mora;

c) Se o pagamento não for identificado em um prazo de 30 (trinta) dias corridos após o vencimento, terá seus títulos protestados em cartório. Existindo comissão de direito ficará retida até ser restabelecido o seu crédito;

d) Agências com faturas vencidas protestadas e não pagas serão acionadas juridicamente pela Fundação PTI-BR.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	12 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

15.10. Todos os documentos fiscais emitidos para pessoas jurídicas deverão conter informações discriminando a classe de tarifa enquadrada, o valor percentual de comissão e o valor líquido a pagar.

15.11. Se a CREDENCIADA constituir-se em mora relativamente ao pagamento dos “vouchers”, o valor do débito será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

15.12. Quanto as visitas agendadas com antecedência, todos os cancelamentos, reembolsos e alterações de dia e horário deverão ser previamente comunicados pela agência à Fundação PTI-BR, estando sujeito a:

a) Se a solicitação de cancelamento, reembolso e alteração for feita com no mínimo 48 horas de antecedência, a Fundação PTI-BR poderá cobrar a seu critério, uma taxa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor integral do ingresso.

b) Se a solicitação for realizada com menos de 48 horas antes da data da visita, a Fundação PTI-BR cobrará 50% (cinquenta por cento) do valor integral do ingresso.

c) Pelo não comparecimento nas datas e horários sem prévia comunicação a Fundação PTI-BR (no show), as agências serão cobradas, de forma a pagar os ingressos integralmente, sem direito a reembolso.


15.13. O critério de faturamento poderá ser alterado, mediante solicitação da agência credenciada e formalizado por e-mail ou correspondência, devendo para tanto, ser alterado o referido instrumento contratual pela Fundação PTI-BR.

16. DA COMISSÃO


16.1. A aplicabilidade das comissões sobre as vendas de ingressos, se dará através do percentual da tarifa NET às agências de turismo conforme as categorias e respectivas condições, estabelecidas na Política Comercial do CT vigente, item 4.

16.2. O comissionamento deverá obedecer as seguintes regras:

a) Destinam-se às agências de turismo ou agentes do segmento turístico que possuem MEI (Micro Empreendedor Individual).

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	13 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- b) Destinam-se as agências de turismo com potencial ou produção superior ao estipulado na política comercial vigente, item 4.1.1, Organizadoras de Eventos e Operadoras de Turismo, que iniciam suas relações comerciais com o CT.
- c) Destinam-se às Operadoras de Turismo, Agências de Receptivos e Operadoras Internacionais que, dentro do mercado, ocupem posição de atacadistas do setor e que revendam seus produtos para as varejistas do segmento turístico. As agências com potencial ou produção superior ao estipulado na política comercial vigente, item 4.1.1, também poderão ser classificadas neste nível.
- d) As agências de turismo e eventos nacionais deverão estar registradas regularmente no Cadastur, executado pelo Ministério do Turismo, ou em entidade de classe por grupo econômico, como BRAZTOA, ABEOC, ALAGEV, ABAV e suas seccionais, entre outras instituições do segmento.
- e) As agências de turismo e eventos do MERCOSUL, cadastradas nas suas entidades de classe, AAOVYT (Argentina), AUDAVI (Uruguai), ASATUR (Paraguai) e similares dos demais países membros ou afiliados do bloco.
- f) As empresas comprovadamente do mesmo grupo, através da representação de, pelo menos, um dos sócios nos seus contratos sociais, poderão ter seus movimentos mensais somados para efeito de concessão de comissionamento.
- g) Para empresas pertencentes a grupos de agências, a comissão será padronizada pela avaliação anual do volume em suas vendas de todas as unidades.
- h) O percentual de comissionamento será aplicado sobre o valor da tarifa constante na Política Comercial do CT vigente. O pagamento poderá ser à vista ou faturado, de acordo com as regras estabelecidas pela Fundação PTI-BR.
- i) Quando as agências fazem o transporte dos turistas utilizando veículo próprio estas poderão obter desconto conforme descrito na Política Comercial vigente.
- j) Para terem direito ao comissionamento dos atrativos, deverão ser apresentados Voucher, Ordem de Serviço ou lista de Passageiros (para agências estrangeiras), assinado e/ou documento eletrônico, tanto para pagamento à vista (cash), como para faturamento.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	14 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- k) As agências de turismo favorecidas serão avaliadas anualmente para efeitos de atualização do enquadramento nas categorias de comissão. A cada avaliação, as empresas que se enquadrarem nos requisitos de outra categoria passarão a receber comissionamento correspondente àquela classe, podendo ser enquadrados em categorias superior ou inferior à atual.
- l) Esta avaliação ocorrerá anualmente, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.
- m) As agências serão comunicadas através de e-mail ou correspondência, caso ocorra alguma alteração na Política Comercial do CT, devendo estas, atestar formalmente, o pleno acordo com a política vigente.

16.3. Para ter direito ao comissionamento sobre o volume de vendas, as agências deverão emitir nota fiscal com o comissionamento, em conformidade com o item 10.1, deste Termo de Referência, referente ao período, podendo este valor ser reduzido em seu boleto. Caso a agência não entregue a Nota Fiscal no prazo estipulado, deverá fazer o pagamento do boleto pelo valor bruto da fatura. Nestes casos, a agência que emitir a NFS-e fora do prazo estipulado ou que realize todos os pagamentos à vista, terá valor do comissionamento pago por depósito em conta corrente.

16.4. Quando da emissão da nota fiscal, deverão ser observados os destaques dos impostos.

16.5. No corpo da nota fiscal deverá constar “comissões de vendas” e número do pedido de compra.


16.6. A Fundação PTI-BR é não contribuinte do ICMS devendo no campo Inscrição Estadual constar o código “9”.

16.7. A comissão a ser paga às agências ficará disponível até 31 de dezembro do ano corrente às compras realizadas. Após esse prazo, caso a agência deixe de emitir NFS-e, perderá automaticamente o direito aos valores.

16.8. O valor referente ao comissionamento será faturado conforme o item 15.1 e 16.1 deste Termo de Referência a cada pagamento quinzenal.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. São consideradas infrações graves para fins do presente contrato:

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	15 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- a) apresentação de documento falso;
- b) qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- c) a má-fé na relação contratual;
- d) inexecução total de qualquer das obrigações assumidas;
- e) não pagamento pela CONTRATADA, das verbas trabalhistas;
- f) inadimplemento fiscal e previdenciário;

17.2. Para toda e qualquer ofensa a deveres contratuais, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I - Advertência para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante.

II - Multa Moratória equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado do Contrato, por dia de atraso.

III - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato ou por ato que frustre ou fraude a licitação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR, por até 5 (cinco) anos.

17.3. As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito à indenização.

17.4. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Fundação PTI-BR, nos termos do art. 157 do RELC:


I) às pessoas físicas integrantes do quadro societário da pessoa jurídica independentemente de nova pessoa jurídica que vieram a criar ou de outra em que figurarem como sócios.

II) às pessoas jurídicas que possuam sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

17.5. A Fundação PTI-BR poderá rescindir o contrato caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassem a 10% (dez por cento) do valor total atualizado deste Contrato.

17.6. Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à Fundação PTI-BR, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.

17.7. As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR, por até 5 (cinco) anos poderão ser aplicados, juntamente, às sanções de multa, a depender do

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	16 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

caso e a sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à Fundação PTI-BR decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editalícia.

17.8. A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu a CONTRATADA tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

17.9. A Fundação PTI-BR reserva-se o direito de deduzir dos valores devidos à CONTRATADA as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que esta causar à Fundação PTI-BR ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

17.10. As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à Fundação PTI-BR.

17.11. Na contagem dos prazos estabelecidos no Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias úteis consecutivos.


17.12. A aplicação das penalidades previstas deverá ser realizada em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o art. 160 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil - RELC.

17.13. A CONTRATADA poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

17.14. Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato. O recurso deverá ser apresentado à autoridade que praticou o ato recorrido e será julgado pelo Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação PTI-BR.

17.15. A não ocorrência das penalidades acima referidas, não impede que a Fundação PTI-BR rescinda, unilateralmente, o Contrato.

17.16. Na aplicação das sanções deverão ser considerados os danos resultantes da infração, situação econômico financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza, bem como a outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação, art. 158 do RELC.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	17 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

17.17. No caso de atraso do pagamento por parte da Fundação PTI-BR, a CONTRATADA poderá exigir as penalidades a seguir:

- a) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela pendente.
- b) juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

18. DO PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS

18.1. Não se aplica ao faturamento.

19. DO PAGAMENTO OU CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS PELAS ATIVIDADES REALIZADAS (FÍSICO/FINANCEIRO)

19.1. O pagamento ao credenciado será efetuado de acordo com a demanda, tendo por base item 15 deste Termo de Referência.


19.2. É vedada a cobrança de qualquer sobretaxa em relação aos valores definidos no edital.

19.3. O pagamento da prestação de serviços será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do aceite do documento fiscal, desde que o(s) objeto(s) esteja(m) em conformidade com o solicitado pela Fundação PTI-BR.

19.3.1. O aceite do documento fiscal consiste na validação da Nota Fiscal, observados os dados cadastrais, retenções de tributos e contribuições, quando aplicáveis, e compatibilidade da CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica, com o objeto contratado.

19.3.2. A nota fiscal somente deverá ser emitida após a aprovação, por parte da Fundação PTI-BR, do(s) seguinte(s) documento(s):

- 1) "Ordem de Serviço/Compra", "Contrato" ou o Pedido de Compras" emitido pela Fundação PTI-BR;
- 2) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 5) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo e Serviço (FGTS);
- 6) Correspondência com a solicitação do respectivo pagamento, relativo à realização dos serviços executados;
- 7) Cópias das guias de recolhimento quitadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, GFIP e da Previdência Social (GPS) dos empregados

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	18 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

da CONTRATADA que forem designados para a prestação dos serviços ora contratados, correspondente ao mês imediatamente anterior, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA, quando couber.

8) Cópia certidão Serasa.

19.4. O pagamento dos serviços está condicionado às entregas das solicitações dos mesmos (pela CONTRATADA), a aprovação pela Fundação PTI-BR do fornecimento e serviços realizados, a entrega da documentação completa exigida para liberação do pagamento conforme prazos e condições a serem firmados em contrato;

19.5. Quando a CONTRATADA for optante do SIMPLES NACIONAL, for isenta ou imune, deverá entregar, com o documento fiscal, a declaração correspondente ao enquadramento e o respectivo anexo, quando aplicável.

19.6. Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição Municipal 36.687, Não Contribuinte de ICMS, endereço Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-900, Bairro Itaipu, Foz do Iguaçu (PR);


19.6.1. Nos documentos fiscais deverão constar o número do pedido de compras, a descrição objetiva e clara dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu/PR e o destaque das retenções de Tributos, quando aplicáveis.

19.6.2. Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser enviadas para a área de recebimento.

19.7. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção de tributos, conforme legislação vigente:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB n o 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

II - Contribuição social previdenciária, na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	19 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital;

IV - Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

19.8. A CONTRATADA, quando da formalização de sua Proposta Comercial, assumirá a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI-BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

19.9. Caso a CONTRATADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento da nota fiscal/fatura no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação formal, pela CONTRATADA à Fundação PTI-BR, dos respectivos documentos faltantes.

19.10. A Fundação PTI-BR poderá, a seu critério, deduzir dos pagamentos devidos à CONTRATADA, valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CONTRATADA decorrente dos compromissos assumidos neste Contrato.

19.11. No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes do contrato, a Fundação PTI-BR deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes motivos devidamente justificados pela autoridade competente.


20. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

20.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com os limites do Art. 112 do RELC.

20.2 O prazo de vigência será de 13 (treze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com os limites do Art. 112 do RELC.

20.2. Para prorrogação da execução e vigência deverão ser atendidos os requisitos a seguir:

- Demonstração do especial interesse da Fundação PTI-BR;
- Prova da compatibilidade dos valores do edital com os praticados pelo mercado;
- Anuência dos credenciados;
- Que os credenciados mantenham as mesmas condições de habilitação;
- Publicidade do termo de prorrogação de acordo com o Art. 37 do RELC.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	20 de 20
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

20.3. Caso algum credenciado não esteja de acordo com a prorrogação do seu credenciamento, este será automaticamente descredenciado sem que caiba ao credenciado quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

a) Durante o período de vigência, qualquer interessado poderá requerer seu credenciamento para prestação dos serviços objeto deste edital.

21. CONSIDERAÇÕES GERAIS

20.1. Todos os aditamentos e alterações no Contrato somente terão valor se feitos formalmente por escrito.

20.2 A comunicação entre as PARTES se dará por escrito, podendo ser por meio eletrônico, devendo os comunicados serem encaminhados aos coordenadores designados pelas PARTES e com acusação no ato do recebimento.

20.3. As partes deverão cumprir com as respectivas obrigações do instrumento contratual que por sua natureza, continuariam válidas após a rescisão, encerramento ou decurso deste Contrato.

20.4. Os termos e disposições acordadas no contrato prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos firmados anteriormente entre as partes.

20.5. O contrato deverá em todos os casos, interpretado como um todo, em conformidade com seu significado justo e não de forma estritamente favorável ou desfavorável a qualquer das partes.

20.6. Os termos do instrumento são divisíveis e a invalidade ou inexecutabilidade de qualquer termo não afetará a validade ou executabilidade de nenhum outro.

20.7. Nos custos apresentados devem estar inclusas despesas necessários para com a contratação dos profissionais.

20.8. Durante todo o período de contratação, a empresa CONTRATADA deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto à Fundação PTI-BR.

22. APROVAÇÃO:

Tania Mara Sgardela Responsável técnico	Alexandre Sarandy Responsável pelo Centro de Custo
Data: __/__/__ Área: Comercial CT	Data: __/__/__ Área: Comercial CT